

SESSÕES DO PLENÁRIO

82ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de setembro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há um requerimento.

(Lê) “EXMº SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma **Sessão Extraordinária**, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.417/2017, de autoria do Poder Executivo.”*

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Aqueles que o aprovam permaneçam como estão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, sem querer ser deselegante com o amigo, gostaria só de poder dar uma olhada no requerimento, é possível?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- É possível, sim. V.Ex^a será atendido.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, por acompanhar em viagem a Brasília o prefeito Haroldo Aguiar, do Município de Ibicoara, o Prefeito Alan Vieira, o Vice-Prefeito Daniel Castro e o Vereador Nelson Gondim, do Município de Riacho de Santana, para tratar do Sistema de Abastecimento de Água, esteve ausente na Sessão do dia 13/09/2017.

Do Vereador Hélio Arthurino do Amaral, 1º Secretário da Câmara Municipal de Santo Amaro, encaminhando cópia de Moção de Aplausos à Assembleia Legislativa da Bahia, em especial ao Deputado Bira Corôa, pelo Ato em Comemoração ao Dia 25 de Julho, apresentada pela Vereadora Giovanna Ferreira Costa e aprovada por unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, queria ponderar com V.Ex^a. Numa sessão da semana passada tivemos aqui uma grande discussão com relação a esse tipo de requerimento que calça as sessões aqui, especialmente nos dias de votação. Trata-se de um documento extremamente nulo, na minha visão. Digo isso porque é um documento com a data preenchida a caneta, com o projeto de lei escrito a caneta. Fica claro para todos nós que esse requerimento foi confeccionado agora, após... Que é um requerimento antigo isso, para mim, está muito claro.

Então, queria que V.Ex^a desse uma reavaliada no requerimento, que está preenchido a caneta, de forma grotesca, não é um documento que esta Casa possa adotar como documento...

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) que possa convocar uma reunião extraordinária.

Então, queria que V.Ex^a, se possível, desse uma revisada nesse documento que, na minha forma de enxergar, é um requerimento viciado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Antes de passar a questão de ordem ao deputado Bira Corôa, informamos a visita dos estudantes da Escola Municipal Irmã Elisa Maria, do bairro Nova Brasília. Sejam todos muito bem-vindos.

Quero saudar, também, os manifestantes contra o fechamento dos hospitais psiquiátricos da Bahia. Sejam muito bem-vindos à Casa do Povo.

Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Adolfo Viana:- Peço mais 1 minuto, faltou um detalhe, só um detalhe.

Sem falar, Sr. Presidente, que os deputados que assinam esse requerimento não se encontram nem presentes no painel, ou seja, voltamos àquela velha discussão. E aqui vejo o competente Nei, que trabalha com brilhantismo na Liderança da Base do Governo. Mas trata-se de um documento totalmente viciado e esta Casa não pode continuar a usar esse tipo de documento para calçar as sessões aqui, no Parlamento.

Essa é a minha visão, essa é a minha questão de ordem, e quero contar com a imparcialidade dessa Presidência para compreender que esse documento não é um documento legítimo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, primeiro, quero, mais uma vez, dizer que não consta no Regimento desta Casa que o documento tenha que ser digitado. Ele pode ser feito até a punho, ele pode ser um documento escrito. Então, Sr. Presidente, para não criarmos regras que não se aplicam, o documento pode ser a punho, desde que seja assinado. Queria fazer essa colocação.

Outra, Sr. Presidente, ele tem de apresentar quem está assinando esse documento e que não está no painel, já que levantou a dúvida sobre o documento.

Está-se criando nesta Casa uma série de pré-requisitos que depois vão inviabilizar o funcionamento dela. A Casa tem um Regimento, tem normas, tem um princípio básico de respeitar as combinações entre as Bancadas como uma forma de dar organicidade de funcionamento ao Poder Legislativo. Se buscarmos a cada dia, a cada hora, uma interrupção, usando a cada dia um argumento, estaremos, praticamente, criando um processo de não funcionamento desta Casa.

Eu sei e até entendo, Sr. Presidente, que a Oposição tem todo o cuidado de não deixar funcionar esta Casa por um mero motivo: há pouco tempo, quando o processo era contra Dilma, eles queriam o funcionamento da Casa para estar o tempo inteiro a levantar ações contrárias à presidenta, e não provaram nada.

Neste exato momento em que a exposição clara das provas materiais e evidenciais são públicas e apresentadas aos partidos ligados a eles, às personalidades que eles colocaram aqui, algumas até que foram condecoradas nesta Casa, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, é interesse não deixar que as sessões tenham continuidade, tentar interromper a todo instante para que não se tenha de questionar a ação de Geddel, não se tenha de questionar o desmando do governo Temer, não se tenha de questionar os envolvimentos em que todos eles estão relacionados direta ou indiretamente.

Queria, Sr. Presidente, chamar a atenção sobre a necessidade de se garantir o funcionamento desta Casa, de não se criar regras que não estão estabelecidas no Regimento, e que não cabe à vontade individual de quaisquer que sejam os Srs. e Sr^{as} Parlamentares alterar as regras.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Só 1 minuto, deputado Targino.

Vou pedir a compreensão. Há algumas questões de ordem, e para não acontecer o que aconteceu na sessão passada, e esgotarmos com pessoas a favor e contra essa coisa, vou deferir parcialmente a questão de ordem do deputado Adolfo Viana para que o secretário Carlos faça a conferência das assinaturas, se estão aqui os 21 membros que subscreveram a sessão. Senão, vamos ficar debatendo o mesmo tema a tarde toda e não vamos avançar.

Então, queria pedir o documento para que o secretário Carlos faça a conferência. Mantendo-se as 21 assinaturas, estará lido o presente requerimento e ele estará válido, porque eu não posso partir do pressuposto de que esta Casa faz tudo de maneira equivocada.

Hoje houve reunião da Liderança da Oposição e da Liderança do Governo sobre esse tema, então, eu queria pedir...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Vou conceder a V.Ex^a, é só V.Ex^a aguardar.

Peço que o secretário Carlos faça a conferência.

Vou conceder outras questões de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Vou fazer a questão de ordem, se V.Ex^a permitir, e vou entregar.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pois não.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, acompanhei na semana passada toda a discussão. Fico preocupado com isso, principalmente porque essas discussões tomam um horário que é nobre, o horário do Pequeno Expediente, em que é privativo do deputado fazer a sua inscrição.

Não se pode usar um requerimento com falsidade, com embuste. E qual é a falsidade, o embuste? A primeira assinatura é de Aderbal Fulco Caldas, que não está presente na Casa e nem consta a sua presença no painel. Então, Sr. Presidente, só quero registrar isso, e o resto, o juízo, é com V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Gente, só quero dizer o seguinte, Aderbal estava comigo, agora há pouco, numa reunião. Paciência se ele não está presente, mas assinou. Não está presente, não conte o nome dele. Pronto, acabou. O correto é o seguinte, tem que estar aqui. Ele não está. Conta quantos tem. Tem 21? Tem. Se o nome dele está aí e ele não está aqui, tudo bem. Não tenho duas conversas. O que se acertou eu vou cumprir. Agora se tem 21 ali, acabou, vamos tocar em frente. Só isso gente. Porque está ali e não está aqui, me desculpe...

Até porque, deputado Adolfo, há uma questão: não há qualquer coibição, nenhuma, de se assinar um documento anterior. Sabe por quê? Porque o próprio Regimento traz claramente o seguinte: pode-se fazer um requerimento hoje e encaminhar para daqui a 15 dias, e daqui a 15 dias pedir a publicação de uma sessão

extraordinária. A sessão extraordinária – não é isso, Carlinhos? – eu posso pedir com a antecedência de quanto tempo eu quiser. Se eu quiser pôr uma semana, posso chegar aqui agora com um documento assinado por 21 deputados e dizer: quero pedir a V.Ex^a que publique para semana que vem uma sessão extraordinária na terça-feira, estão aqui as 21 assinaturas. Isso pode ser feito e publicado, está no Regimento.

Gente, só estou pedindo, porque ficamos, às vezes... A vida pública já é muito cansativa. Alguns de fora pensam que isso aqui é um mar de rosas. Para alguns pode até ser, não sei, acho difícil. Agora, para o que eu estou vendo aqui, no dia a dia que temos vivido, acho que não é mar de rosas.

Então, não vamos ficar criando celeumas onde não precisa. Vamos bater aqui: tem uma regra, vamos cumprir...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Zé Neto...

O Sr. Zé Neto:- Pronto! Aderbal chegou, e assinou, então, não tem sentido.

E V.Ex^{as} não irão ouvir de mim qualquer discurso que não tenha, pelo menos, essa tranquilidade de lhes dizer que eu vou não vou agir assim nas relações nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Excelência...

O Sr. Zé Neto:- Não há por que fazer de outro jeito. Vou cumprir o que está no Regimento e cumprir o que está nas relações, respeitando, e muito, à Oposição, que merece o nosso respeito.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu vou deferir a questão de ordem do deputado Zé Neto.

E, agora, vou dar uma questão de ordem ao deputado Targino.

Mas, sobre esse tema, deputado Targino, defiro a questão de ordem do deputado Zé Neto, porque havia 22 assinaturas...

O Sr. Targino Machado:- Eu vi, Excelência. Quero dizer que concordo em parte com o deputado Zé Neto, inclusive quando ele diz que esta Casa pode ser convocada extraordinariamente pelo presidente ou por um 1/3 das assinaturas dos seus membros. Pronto. E lá, no *Diário Oficial*, a Secretaria da Mesa tem fé de ofício, encaminha e não precisa reconhecimento de firma dos Srs. Deputados.

Agora, o que me deixa preocupado, Excelência, é que o vício em um documento se espalha até o fim. O fato de o deputado Aderbal Fulco Caldas ter chegado e ter dado presença não invalida o que ocorreu aqui, porque é um embuste, uma burla, o deputado Aderbal Fulco Caldas ter assinado isso sem estar presente na Casa Legislativa. Só isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Angelo Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas presentes, quero saudar todos os presentes, especialmente aqueles e aquelas que representam aqui a Associação de Apoio aos Familiares, Amigos e Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais da Bahia.

E aproveito, Sr. Presidente, para informar, em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência da Bahia, que tivemos no mês de setembro o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. E aqui, na semana passada, a deputada Fabíola Mansur foi a protagonista, junto com essa Frente Parlamentar, de uma audiência pública que tratou exatamente desse tema.

Mais especificamente, hoje é o Dia Nacional do Surdo, deputada Fabíola Mansur, o que V.Ex^a tão bem colocou durante a reunião da Comissão de Saúde na manhã de hoje. O Dia Nacional do Surdo passou a ser comemorado no dia 26 de setembro a partir de 2008 como um alerta para as barreiras à acessibilidade que ainda afligem às pessoas com deficiência auditiva.

No Brasil existem mais de 9 milhões de pessoas com deficiência auditiva, de acordo com o Censo 2010, realizado pelo IBGE. Desses, mais de 2 milhões apresentam deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis. Cerca de 1 milhão deles são jovens de até 19 anos de idade.

Além de chamar a atenção para a luta por melhores condições de vida das pessoas com deficiência auditiva, quero destacar a importância da disseminação da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Inclusive, no início deste mês protocolamos nesta Casa uma Moção de Congratulações e Aplausos pelos 7 anos da Lei nº 12.319, que regulamentou a profissão de tradutor e intérprete de Libras e a reconheceu como a segunda língua oficial do Brasil.

Outra política pública que gostaria de destacar é a implantação das Centrais de Interpretação de Libras, projeto executado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com estados e municípios. Ao todo, já são 22 unidades em funcionamento no País e outras em fase de implantação. Na Bahia, as CILs funcionam em Salvador e Jequié. Com essa iniciativa, a população surda pode utilizar as atividades de tradução e interpretação em Libras para realizar, por exemplo, a marcação de consultas médicas, solicitação de emissão de documentos e o cadastramento nos programas sociais.

Sr. Presidente, gostaria de destacar também que tudo isso ainda é muito incipiente, muito novo. Acredito que, na verdade, são apenas os primeiros passos, deputado Marcelo, para que possamos promover uma política efetiva de inclusão e respeito à dignidade das pessoas com deficiência. É evidente que ao participar de diversos debates a cada um deles vamos nos tocando com a expectativa, que fica grande, das comunidades de pessoas surdas que vivem na angústia, sobretudo os seus familiares. As mães de crianças surdas, quando descobrem que elas não ouvem, até darem os primeiros passos para poderem interagir com seus filhos têm uma tarefa dolorosa, assim como os pais. E ao Estado cabe colocar mais vigor nessas políticas, mais energia, sobretudo possibilitando que não apenas Salvador e Jequié sejam detentoras de Centrais de Libras.

Nós observamos no domingo, pela manhã, em evento organizado pela comunidade de surdos de Feira de Santana, no Teatro Margarida Ribeiro, diversos

testemunhos, e sabemos que o que se tem feito até aqui é muito pouco e muito há ainda a se fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder, deputado Alex Lima, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, queria cumprimentar os amigos e amigas nas Galerias Paulo Jackson, saudar os funcionários da Casa e, de maneira especial, também os telespectadores da *TV Assembleia*, e dizer que a partir de 2007 a Bahia experimentou uma nova atmosfera política, em que a democracia, o respeito ao contraditório e, sobretudo, os interesses da própria Bahia e dos baianos foram colocados sempre como prioridade. Depois da chegada, através de um golpe parlamentar, do presidente Michel Temer ao poder, a Bahia tem experimentado uma regressão ao passado na forma de fazer política.

Esta Casa ainda está muito acanhada com a grande armação e a perseguição política por que a Bahia vem passando, a exemplo que há mais de 1 ano o empréstimo do Banco do Brasil ao governo estadual está sem ser liberado pelo governo federal. E todo mundo sabe que isso é por um pedido das lideranças políticas do Democratas, sobretudo pela liderança do prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães Neto!

E esta Casa silencia, faz de conta que nada está acontecendo, como se fosse algum favor, porque esse governo que está aí, ilegítimo e impopular, a cada semana precisa ceder às chantagens do momento e se coloca contra os interesses da Bahia!

Ora, meus amigos, levamos muito tempo para instalar, de fato, a democracia em nosso Estado. E nós não aceitamos, os baianos não aceitam que voltemos a um passado que não traz qualquer saudade.

Esta Casa precisa posicionar-se suprapartidariamente, independentemente do deputado ser de Oposição, porque eu sei, querido amigo deputado Fábio Souto, que, mesmo sendo V.Ex^a opositorista, se o Líder da Oposição fosse o ex-governador Paulo Souto ele não aprovaria essa picuinha política, porque essas questões estão muito além da disputa de governo e oposição, são interesses dos baianos que estão em jogo!

E não adianta, não adianta ministro da Educação, diretor de FNDE, deputado federal do Democratas e dos partidos aliados saírem por aí chantageando prefeitos e lideranças políticas da Bahia e dizendo que é para deixar o deputado Alex Lima, porque ele bate muito no governo, bate muito no governo municipal, bate muito no governo federal!

Não adianta fazer isso, sabe por quê?! Porque quem me concedeu o mandato foram os baianos! Quem vai julgar-me se, eu devo ser reconduzido a esta Casa são os baianos! E não adianta, também, a arrogância e prepotência desse que foi criado – foi criado! – na truculência, na arrogância e na perseguição, achando que este Estado vai

se curvar às suas vaidades! Não vai, não, prefeito! O nosso hino traz que: “Com tiranos não combinam”, e não combinam mesmo!

A Bahia, que nunca se ajoelhou para os grandes, que nunca se ajoelhou para os fortes, não irá ceder às chantagens baratas de um governo ilegítimo! E a perseguição na Bahia tem nome e sobrenome: ACM Neto, que trabalha contra a Bahia e contra os baianos!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado de Vitória da Conquista, Zé Raimundo Fontes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Jean Fabrício Falcão, colega deputado de Vitória da Conquista, nobres colegas deputados e deputadas, presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, pela *internet*, eu gostaria de fazer o registro de um ato conjunto dos nossos mandatos. Nós assinamos, o deputado Zé Raimundo e o deputado Jean Fabrício, um projeto de lei que dá nome de Glauber Rocha ao aeroporto de Vitória da Conquista, o novo aeroporto que o nosso governo está construindo, começou com Jaques Wagner e continua com Rui Costa. É um aeroporto que vai dinamizar ainda mais todo o Sudoeste da Bahia e o Norte de Minas.

Glauber Rocha é um nome conhecido internacionalmente, filho daquela cidade, e que revolucionou o cinema no Brasil, sendo um dos autores do Cinema Novo. Esse é um tema do qual voltaremos a falar novamente, divulgar, porque vai colocar, efetivamente, na memória da cidade esse grande ícone da cultura brasileira.

Também quero, Sr^{as} e Srs. Deputados, registrar que domingo, em Vitória da Conquista, houve a comemoração de 1 ano do projeto Neojiba, da Orquestra Neojiba, em Vitória da Conquista, e de 10 anos na Bahia. Essa foi uma iniciativa do governo Rui Costa, através do secretário, na época, Geraldo Reis, evidentemente que com o patrocínio da ONG Neojiba, que tem à frente o maestro Ricardo Castro, também filho de Vitória da Conquista, um pianista conhecido no mundo inteiro, cujos concertos são fechados, os contratos para a audiência, com 1, 2 anos de antecedência em toda a Europa. Ele está organizando os núcleos da Orquestra Juvenil e Infantil da Bahia, que tem mais de 5 mil pessoas.

No domingo, à tarde, foi comemorado 1 ano em Vitória da Conquista, com a presença das crianças e adolescentes do Conquista Criança, um projeto do governo participativo que integramos naquela cidade. Isso é motivo de alegria, porque nós contribuímos para que os jovens daquela cidade tivessem programas sociais dignos da legislação, sobretudo de uma concepção social que nós defendemos, diferentemente do que está ocorrendo, hoje, no Brasil.

Estamos acompanhando o Orçamento federal, o debate, e aqui, hoje, durante o dia, pela parte da manhã e à tarde, estão reunidos em um dos nossos auditórios da Assembleia Legislativa secretários, assessores e militantes das causas sociais na Bahia, protestando contra a iniciativa do governo Temer de destruir as políticas sociais que implantamos a partir de 2003 no Brasil.

O governo Temer, do PMDB, do PSDB e do DEM, com os seus aliados anônimos, mas que vão aparecer agora, nas eleições, porque vamos divulgar claramente quem são esses aliados, está fazendo um corte de 98% no Orçamento federal para os programas sociais. Praticamente não há um programa – desde os que cuidam das mulheres, das famílias de baixa renda, de homens e mulheres rurais que tinham seus benefícios continuados –, não há um aspecto das políticas e programas do governo federal que fique sem ter sua verba, seus recursos cortados e, praticamente, anulados.

E isso preocupa, porque, além disso, o governo Temer começa a privatizar as fontes de recursos que poderiam melhorar, e muito, a economia deste País. Já estão entregando o pré-sal, agora são as hidrelétricas, a Eletrobras, e não vai ficar praticamente nada de ativos para fortalecer a nossa economia.

Trata-se, portanto, de uma destruição que esse governo ilegítimo vem patrocinando no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, venho a esta tribuna, mais uma vez, presidente, para apelar ao governo do Estado da Bahia, apelar aos deputados desta Casa que fazem parte da Base do Governo e que são votados em nossa região do Baixo Sul para que olhem o estado de depredação, o estado de estrago em que vivem as nossas estradas, acentuadamente a BA-001, no trecho que liga Valença a Camamu.

Ainda ontem eu fiz aqui uma reclamação com relação a essa reivindicação. Ontem, a população da região se manifestou, interditando o trânsito na via por quase metade do dia, prejudicando aqueles que prestam serviços, prejudicando o escoamento da produção agrícola. Mas, de fato, é uma manifestação que provém da causa, que é a restauração da estrada, que há mais de 10 anos não sabe o que é uma reforma. Há mais de 10 anos a estrada vive em estado de calamidade pública! Esse é o termo com que podemos melhor classificar aquela estrada, que liga regiões tão importantes do nosso Estado.

Uma região que é forte na agricultura, uma região que tem a atividade turística como um dos principais pilares de sua economia e, infelizmente, o governo do Estado continua insensível a essa reivindicação da população da região do Baixo Sul.

Aqui, ontem, eu chamei a atenção do deputado Rosemberg Pinto e da deputada Maria del Carmen, que também são votados naquela região, para que façam coro desse nosso esforço no sentido de sensibilizar o governo do Estado para restaurar aquela tão importante via de escoamento dos produtos agrícolas, tão importante via do fluxo turístico em nossa região, como de outros tantos serviços que por ali são utilizados.

Mas eu queria também, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, chamar a atenção para algo que estarrece qualquer brasileiro, que são os dados levantados pelo *GI*, com base em notícias do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo. Eles levantaram que no período de 8 dias houve no País 1.195 assassinatos. Foram 1.195 assassinatos no período de 8 dias em 546 cidades deste nosso País. Esse pode ser um número até inexpressivo se compararmos com o total de homicídios de 1 ano, que já ultrapassa os 60 mil em nosso País.

Na Bahia não é diferente. A Bahia, infelizmente, contribui de forma representativa para esse dado negativo do nosso País. Em nosso Estado, nesse mesmo período, temos o registro de mais de 100 homicídios. E, ainda assim, o Governo da Bahia insiste em não investir na segurança pública.

Fazendo uma avaliação da execução orçamentária do Governo do Estado, na Secretaria da Segurança Pública encontramos apenas o investimento de 1,38% do nosso Orçamento. Ou seja, o Governo da Bahia investiu, em 8 meses deste ano, apenas R\$ 20 milhões na segurança pública.

Creio eu, meu caro presidente, deputado Alex, que esse seja um dos principais fatores da ineficiência do Governo da Bahia no setor da segurança pública, que é um setor que afeta a todas as famílias do nosso Estado, é um setor que, certamente, contribui para a ineficiência do nosso sistema de saúde; contribui para a ineficácia da nossa produção agrícola; do desenvolvimento econômico do Estado; e afeta, infelizmente, o dia a dia do cidadão, da cidadã que paga o seu imposto, que contribui com o governo para que o governo retorne...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) esses recursos na forma dos serviços de saúde, segurança pública, educação e tantos outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Quero registrar a presença na sessão da vice-prefeita da cidade de Rio Real, Joseane Guimarães, e saudar os amigos e amigas de Rio Real que também se fazem presentes.

Com a palavra o deputado Fabrício Falcão, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Para mim é uma honra e satisfação estar falando aqui, neste momento. Quero dizer para o pessoal da Afatom que estou à disposição para conversar no meu gabinete com os senhores e as senhoras. O meu gabinete está aberto para discutirmos uma política para os hospitais psiquiátricos da Bahia.

Quero, aqui, falar de uma coisa: interessante a fala do nobre deputado Hildécio quando se refere a problemas no governo Rui Costa. O governador Rui Costa, no Brasil, é um dos governadores que mais tem-se saído bem em termos de tocar a máquina pública, de tocar investimentos, de tocar a administração pública num

momento em que quase todos os estados do Brasil encontram-se em estado de calamidade.

O Estado do Rio de Janeiro, governado pelo PMDB, com o apoio do Democratas, está falido, e sequer há esparadrapo nos hospitais. No Rio de Janeiro não tem esparadrapo, não tem seringa, não tem médico no hospital. Professores da rede estadual, colegas meus, professor Zé Raimundo, deputado Zé Raimundo, estão há 4 meses sem receber salário.

Vivemos aqui, na Bahia, um momento de um governador que é modelo de gestão de investimento. Mesmo nesse momento de crise, e ainda tendo um líder político em Salvador, ACM Neto, que joga contra o Governo do Estado, agindo para não se trazer recursos para investimentos no Estado, o governador consegue manter a gestão tinindo, pagando salários em dia, fazendo concursos para mais professores, mais policiais, dando injeção de recursos na segurança pública, sim, e investimentos imensos em todo o Estado da Bahia.

E, nesse aspecto, escutarmos que apoiadores de um governo, de um bandido que está na presidência da República... Agora, chega do Supremo mais uma ação contra ele, solicitando que os deputados do PMDB, do Democratas, do PSDB deem o aval para processá-lo por crime grave de corrupção. E, aqui, não vemos uma manifestação, deputados Hildécio e Luciano, uma cobrança para que os deputados dos partidos de V.Ex^{as}, do Democratas, do PMDB, do PSDB, votem pela abertura do processo contra o presidente bandido Temer, que não poderia ocupar o cargo em que está.

Uma presidenta deposta por pedalada fiscal e depois fica provado que não pedalou, que ela não atrasou pagamentos; e um presidente comprovadamente ladrão está no poder com o apoio dos deputados baianos do PSDB, do Democratas.

Então, temos que fazer com que...

O Sr. Carlos Geilson:- Acalme o seu coração, deputado.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- O meu coração está bem, o coração do povo é que não aguenta.

Num momento de crise que atravessa o País, em que aumentam a pobreza, o desemprego, a concentração de riqueza e renda, em que o Estado diminui os investimentos que melhorariam os municípios da Bahia e do Brasil, não vemos aqui, deputado Zé Raimundo, sequer uma solicitação dos nobres colegas pelo afastamento desse presidente.

Não podemos compactuar com o que está lá. Esta Casa é uma Casa de deputados honrados – eu sei da qualidade, do caráter dos 63 deputados –, mas nós precisamos, todos nós, convencer cada deputado federal eleito em dobradinha conosco a votar a favor de se cassar um corrupto que está na presidência.

Os deputados do PCdoB da Bahia, Daniel Almeida, Alice Portugal e Davidson Magalhães, votarão “sim” ao pedido de abertura de inquérito, para pedir a cassação de Temer, para processar o presidente impostor que aí está.

Então, solicito a vocês que peçam aos deputados que façam o favor de votar para restabelecer a democracia, de fato, em nosso País.

Era só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Uma comunicação inadiável do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, na condição de Líder do PSDB na Casa, peço esta comunicação inadiável porque, de fato, temos discutido aqui vários assuntos: ataques diretos ao presidente Michel Temer, ao prefeito ACM Neto, ao governador Rui Costa. Enfim, temos falado muito aqui sobre problemas que, na realidade, deveriam ser tratados pelos deputados federais.

Mas existe um problema objetivo que precisa ser tratado por esta Assembleia Legislativa. Eu tenho certeza de que a maioria dos parlamentares que compõem esta Casa Legislativa não tem o conhecimento necessário para tratar do fechamento dos hospitais psiquiátricos do Estado da Bahia.

Porém, ao mesmo tempo, esta Casa não pode ficar omissa diante de um assunto tão grave e tão relevante como esse. Hoje, na Sala da Minoria, nós nos reunimos com os profissionais que estiveram aqui, buscando a atenção desta Casa Legislativa. Saíram de lá e tiveram outra reunião na Sala da Maioria, com o Líder Zé Neto. Acho que esse, sim, é o debate que esta Casa precisa fazer no momento. Esse debate, deputada Fabíola, V.Ex^a, que é médica e conhece com profundidade o assunto – vejo aqui outros médicos, como o deputado Targino Machado –, e outros colegas poderiam subsidiar os demais deputados para que possamos fazer um debate de alto nível.

Esses profissionais produziram uma cartilha com alguns questionamentos que precisam ser feitos, e precisamos dessas respostas. Por exemplo: não fechar, por quê? Porque pelo menos 4% da população têm doenças mentais graves, isso é um fato. Doenças mentais graves são crônicas, podem tirar 15 anos de expectativa de vida e são das maiores causas de incapacidade. Os serviços atuais de hospitais, ambulatórios e emergências especializadas atendem, em média, 60 mil pacientes no Estado da Bahia. Nós estamos falando de 60 mil vidas que precisam desses cuidados especiais.

O Caps não substitui esses serviços, assim como não tem a capacidade de absorver essa demanda. O Governo do Estado quer fechar esses serviços, mesmo continuando a receber a verba do Ministério da Saúde. Quer dizer, o Governo do Estado continua recebendo e quer deixar de prestar esses serviços...

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, isso não é questão de ordem, é discurso.

O Sr. Adolfo Viana:- Calma, deputada Fátima, calma, respeite a minha palavra. Depois vou ouvir a senhora com toda a paciência possível.

O Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública entraram com uma ação contra o fechamento desses hospitais. Quer dizer, esses órgãos já tratam desse assunto como absurdo. Os hospitais psiquiátricos devem ser requalificados, e não fechados. Esse é um ponto que precisa ser discutido aqui.

Não existem mais manicômios; desinstitucionalização não é sinônimo de fechamento. Esses são pontos que estão sendo colocados e que esta Casa precisa debater. O internamento para pacientes agudos salva vidas e permite o retorno à convivência familiar.

Quer dizer, esses são temas, Sr. Presidente, amigo, deputado Alex Lima, dos quais nós, aqui, estamos muito distantes e precisamos estar mais próximos para prestarmos o melhor serviço à sociedade baiana. Então, quando vejo os parlamentares subirem à tribuna e levarem o discurso para a esfera federal, neste momento convoco todos para cumprirmos com nosso papel institucional de cuidar dos interesses do Estado da Bahia.

Esse assunto deve ser tratado como prioridade, porque esta Casa não pode se omitir de debater esse assunto. Acho que a Comissão de Saúde, juntamente com a Frente Parlamentar da Saúde, deve promover, o mais rapidamente possível, uma audiência pública para que possamos ouvir os profissionais da área e também o Governo do Estado da Bahia.

Então, a minha comunicação inadiável era justamente para comunicar, de maneira inadiável, esse absurdo que poderá acontecer em breve aqui, no Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Querido deputado Adolfo Viana, na verdade, V.Ex^a conseguiu um feito, discursar no Pequeno Expediente sem se inscrever. Mas V.Ex^a merece todo o respeito e, pela importância do tema nesta Casa, parabênizo V.Ex^a pela brilhante intervenção.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente.

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de até 25 minutos.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, taquígrafas, imprensa, o assunto do Grande Expediente hoje é saúde. E como recebemos a importante visita da Afatom, vamos começar falando sobre saúde mental, e parabenizando o trabalho de Rejane, a quem saúdo; das queridas Míriam e Sandra Peu, representantes da Associação Psiquiátrica da Bahia; e de todos os pacientes, familiares e amigos daqueles que lutam incansavelmente pela melhoria na qualidade do atendimento à pessoa com transtorno mental.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que nós pautamos esse tema por orientação da própria Associação Psiquiátrica. Pela primeira vez, em que pese sermos da Base do governo Rui Costa, fizemos uma audiência pública para jogar luz naquilo que já era o

nosso posicionamento desde o início: somos contra o fechamento dos hospitais psiquiátricos da Bahia. E vamos dizer por quê.

Não é verdade a justificativa de que esses hospitais psiquiátricos, pela reforma antimanicomial, precisam deixar de existir. É preciso, ao contrário, criar e ampliar a rede de atenção psicossocial, da qual fazem parte os centros de atenção psicossocial e os hospitais especializados como os quatro de que ora aqui falamos: o de Feira de Santana; o Afrânio Peixoto, em Conquista; o Juliano e o Mário Leal.

Esses hospitais foram, talvez, desqualificados pelo Ministério da Saúde em função dos desinvestimentos que foram feitos. Mas é preciso, como já foi dito na nota, e essa realidade já conhecemos muito bem, separar o doente crônico, que pode, efetivamente, estar não só em Caps, os quais, aliás, não têm como absorver a demanda altíssima de pessoas com transtorno.

Este é o mês do Setembro Amarelo, que previne o suicídio. O suicídio advém da depressão, um dos maiores males do século. Nós não temos como montar uma rede de atendimento psicossocial sem a presença do atendimento de alta complexidade para os transtornos agudos, deputado Adolfo Viana, que não podem, muitas vezes, ser absorvidos pelos Caps, porque esses já têm uma demanda excessiva. Como também não é permitido nos Caps o internamento por mais de 72 horas.

É importante que saibamos também que a proposta de substituição dos hospitais psiquiátricos por leitos especializados em hospitais comuns pode ser uma alternativa a mais. Mas até que a rede seja completada, deputado Targino, nós não podemos conceber que um hospital, ou hospitais da rede pública que já têm uma demanda exacerbada, possam, neste momento – sem profissional de saúde capacitado, não só psiquiatras, mas também psicoterapeutas, enfermeiros, técnicos, enfim –, absorver essa demanda.

Nós precisamos melhorar o diálogo. Isso eu tenho tentado fazer junto ao Governo do Estado. Porque há duas formas de trabalhar o mesmo problema: uma, fazendo essa movimentação que vocês fazem; outra, jogando luz sobre isso e dizendo: Temos alternativas!

Quisemos, eu e o deputado José de Arimateia, fazer parte de uma comissão que estava na Sesab para, exatamente, compreender que nós precisamos requalificar os hospitais, investir nesses hospitais. Lógico, é preciso que não se confunda. Todos aqueles que são a favor do fechamento dos hospitais colocam que eles são manicômios, são asilos. Não é desses hospitais que estamos falando. Contra isso também somos! Nós estamos falando de hospitais psiquiátricos para atender transtornos agudos que afligem à juventude, afligem às famílias. Nós precisamos, juntamente com as entidades médicas, com a Secretaria da Saúde, com os movimentos associados, fazer disso uma pressão para mobilizar e mudar essa compreensão que é, no meu entender, equivocada.

O que nós queremos, ao contrário de fechar hospitais psiquiátricos, é fazer a implantação, primeiro, da rede estadual de atenção psicossocial; ampliar o número de

Caps; e trazer, sim, leitos de psiquiatria especializados em hospitais, mas sem fechar os existentes.

Muitas vezes nos pegamos tratando de tantos assuntos, Sandra e Míriam, que parece que esquecemos, mas não. Fica o nosso compromisso de continuar lutando com as ferramentas que nós compreendemos serem as certas. Estou aqui com o voto dos médicos, mas estou como cidadã, como médica que compreende a importância da saúde mental nos investimentos da saúde.

Vivemos um momento de desinvestimento e enfraquecimento do SUS, pautado por um governo federal que retira do SUS investimentos, e que cria planos populares que enganam a população, porque não garantirão o direito à saúde.

A professora Lígia Bahia chama esses planos que estão sendo propostos, planos populares que não garantem nem emergência, nem cirurgia, nem carência, de semiplanos, porque não são planos privados completos, são mistos com o público, porque, na verdade, a grande parte vai ser absorvida pelo SUS.

A tentativa da PEC das Maledades de limitar os gastos com saúde e educação vai, sim, impactar nos gastos com saúde. E sabem o que vai acontecer com os gastos com a saúde mental, que já era a base da pirâmide, que tinha os menores investimentos? Vai piorar ainda mais.

Temos, sim, deputado Adolfo, que fazer uma pressão para jogar luz sobre esse problema.

Solidarizo-me com os familiares e amigos, solidarizo-me com os profissionais de saúde, solidarizo-me com todos aqueles que tentam encontrar uma solução para o problema. Mais investimentos por parte do Ministério da Saúde, no quesito federal, porque também ele fecha os olhos para as pessoas com transtorno mental. E devemos tentar sensibilizar o Governo do Estado com a ajuda de vocês, com quem muito aprendi. Sou médica oftalmologista, mas conheço o trabalho hercúleo da Associação Psiquiátrica da Bahia.

Aqui, recentemente, elogiei a postura de vocês quando, no trágico acidente de Mar Grande, apresentaram-se como voluntários para atender às pessoas vítimas de trauma psíquico. É esse o trabalho que a Associação faz, um trabalho de compromisso com a profissão, de compromisso com os pacientes, mas, sobretudo, de compromisso com a sociedade civil.

Hoje me coube tratar disso no Grande Expediente, não era o meu assunto prioritário, mas quero, aqui, fazer uma moção de aplauso a vocês, e a você, Rejane, da Afatom. Vamos tentar, juntos, abrir o diálogo, e é isso que tenho feito. Certamente, podem contar com o meu compromisso, pois já fiz aqui uma audiência pública. A primeira audiência que trouxe esse debate para cá, deputado, foi exatamente de uma deputada da Base do Governo, que, em que pese ser da Base do Governo, tem a capacidade de tentar o diálogo para solucionar as questões que afligem o nosso povo. E essa é uma questão importante que precisa ser resolvida.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputada.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputada Fabíola, não poderia deixar de parabenizar V.Ex^a (palmas) pela firmeza com que conduz o seu mandato aqui, nesta Casa. Sabendo que V.Ex^a é uma deputada da Base do Governo, mas compreendendo também que, como médica, não iria esquivar-se de sua responsabilidade. Então, quero parabenizar V.Ex^a pela firmeza com que discursa nesta tarde, pela firmeza com que trata este assunto tão importante.

Hoje senti a agonia dos profissionais que trabalham na área, pedindo que nós, da Assembleia Legislativa, participássemos mais de perto desse assunto. Quero parabenizar V.Ex^a e pedir que traga esse debate, e traga os deputados da Base do Governo. O deputado José de Arimateia está capitaneando os deputados da Base da Oposição e não devemos politizar um assunto tão importante como esse. Devemos tratar no âmbito da Assembleia Legislativa sem atacar Governo nem atacar Oposição, e somarmos forças para tentar montar uma equação e solucionar esse problema o mais rapidamente possível. Parabéns a V.Ex^a.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Obrigada, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Fabrício Falcão:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Com o aparte o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão:- Quero parabenizar a deputada Fabíola Mansur pelo seu importante pronunciamento sobre essa causa importante. O deputado Adolfinho disse, aqui, uma coisa verdadeira, isso não é uma questão de ser Governo ou Oposição, é uma questão de saúde pública gravíssima.

É necessário que a Casa se reúna para criar esse debate – não é deputado da Situação ou deputado da Oposição, é a Casa Legislativa – e fazer uma reunião da Comissão de Saúde com todos os deputados, convidando o secretário da Saúde para fazer esse debate aqui e discutir com os interessados, com as associações, com médicos psiquiatras, psicólogos etc., para trazermos esse importante debate para a Casa. E, naquilo que for necessário, terá o nosso apoio, sim, também, para essa importante luta e essa importante causa com o meu mandato de deputado e de todo o PCdoB.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Obrigada, deputado Fabrício Falcão.

Quero, por último, parabenizar vocês pela decisão de buscar o Líder da Minoria e o Líder da Maioria. É assim que se faz a política, política tão criminalizada, mas é através dela que vamos mudar e emplacar aquilo que a sociedade civil e que os movimentos organizados desejam.

É importante dizer que, provavelmente, o deputado Zé Neto os recebeu muito bem, e também o deputado José de Arimateia. Somos todos pró-saúde mental e temos a convicção de que o fechamento dos hospitais psiquiátricos não é a solução e, sim, a sua requalificação e a ampliação da rede de atendimento na Bahia com a priorização da saúde mental.

Há questões na saúde que sempre ficam por último, e se depender de nós fazermos esse diálogo aqui, tantas audiências foram necessárias, estaremos aqui, debatendo.

Parabenizo pela força, a luta, a organização com que vêm para esta Casa pautar esse assunto, porque é assim que se faz Política, com P maiúsculo. E é assim que acredito estar deputada agora, senão estaria médica, atendendo meus pacientes, e não aqui, defendendo incansavelmente a saúde, mas, sobretudo, aquilo que acredito. E eu acredito que a saúde mental merece respeito em todos os níveis: municipal, estadual e federal, um respeito que, até então, ela não vem tendo.

Quero, já mudando de assunto, falar do tema que efetivamente nos trouxe aqui. Ontem foi comemorado o Dia Nacional do Trânsito. Nós, como médicas, integrantes da Comissão de Saúde, assumimos a presidência da Secretaria de Saúde de todas as Assembleias Legislativas. Aliás, isso serve também para a saúde mental. O que significa dizer que os principais temas nacionais prioritários no País que possam ser pautados através da Assembleia Legislativa estarão sob a humilde presidência desta deputada.

Ontem, tivemos a visita de cinco deputados de outros estados para a primeira reunião de gestão da Secretaria de Saúde, e definimos como prioritário para o próximo encontro, um seminário nacional que vai ocorrer no dia 23 de novembro, aqui, na Bahia, com a presença de vários secretários estaduais, de vários deputados de todo o Brasil, o tema “A Epidemia de Acidentes de Trânsito e os seus Impactos nos Gastos com Saúde”.

A população brasileira, hoje, é vítima de várias doenças. Mas a primeira delas, certamente, são os acidentes de trânsito. O Brasil contabiliza mais de 40 mil mortes por acidentes de trânsito, que é muito mais do que qualquer guerra dessas que estamos vendo. Isso significa que 40 mil pessoas morrem em acidentes de trânsito causados por imprudência, imperícia, negligência, embriaguez, uso de celular, desconhecimento das regras de trânsito, baixa qualidade das estradas.

E milhares de vítimas sofrem traumatismos cranianos, fraturas que geram cirurgias ortopédicas, cirurgias neurológicas. Hoje, nas emergências e urgências, 33% de todas as internações são advindas de acidentes de trânsito. Dessas internações, 60% são de acidentes com motociclistas. Sobretudo, esses acidentes ocorrem com a população mais jovem, gerando gastos não só de mais de R\$ 230 milhões para a saúde, como mostram as últimas pesquisas do IPEA, como também para a Previdência, com auxílio doença, aposentadorias; e gerando gastos para a economia, quando se diminui a produtividade de um jovem no mercado de trabalho.

Essa epidemia de acidentes de trânsito precisa ser amplamente debatida em todas as Casas Legislativas para, deputado Angelo Almeida, que possamos aqui, na Bahia – e recentemente o governador Rui Costa, através da Sesab, fez um decreto criando o Comitê Gestor Estadual de Prevenção aos Acidentes de Trânsito, com a participação da Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Educação, União dos Municípios da Bahia (UPB) e as secretarias municipais –, melhorar a coleta das estatísticas sobre os acidentados no trânsito que chegam às nossas emergências. Não só, como sugeriu o secretário Fábio Vilas-Boas, para ampliar a notificação desses acidentes cujas vítimas chegam às emergências como também para promover um diálogo sobre quais políticas educacionais e de segurança no trânsito vamos fazer.

O dia 25 de setembro é o Dia Nacional do Trânsito porque foi nessa data que foi criado o Código Nacional de Trânsito, que, hoje, passa por uma reavaliação, sob a relatoria de um deputado baiano, que é o deputado Sérgio Brito.

Nós precisamos entender que todos esses custos no SUS impactam na saúde mental, ocular, na saúde da mulher e na saúde da população negra. Nós precisamos fazer uma avaliação de como podemos contribuir para diminuir essas estatísticas, essa epidemia de acidentes no trânsito, que causam mais mortes do que as doenças cardiovasculares, por exemplo.

Para que façamos isso, aprovamos, junto com a Comissão, esse tema como a ser debatido prioritariamente no dia 23 de novembro, e aprovamos uma reunião de todos os presidentes de Comissão de Saúde em Brasília. E quero dizer a vocês que a Secretaria de Saúde da Unale – União Nacional dos Legislativos e Legisladores, que tem, agora, esta deputada como presidente por 1 ano, pode pautar outros temas daqui, da Bahia, para todo o País.

Inclusive, quero não só falar dos acidentes de trânsito, mas também pautar a questão da saúde mental, que não aflige só à Bahia, e, sim, todo o País. No que diz respeito aos acidentes de trânsito, se diminuirmos a incidência desses acidentes e do impacto que causam na saúde, nos gastos com saúde, certamente teremos recursos para priorizar outras áreas que estão enfraquecidas ao longo de décadas.

É importante que façamos essa reunião com a ajuda do secretário Fábio Vilas-Boas, que está à frente desse Comitê Gestor, a quem parablenzo. Foi também aprovado pelo deputado Alex da Piatã a apresentação desse Comitê Gestor aqui, para sabermos como vai funcionar. Mas é muito importante que façamos esse debate.

Nós estamos sempre buscando fortalecer o SUS. Toda vez eu vejo propaganda negativa do SUS. É preciso também que digamos aos pacientes: “Todos nós usamos o SUS”. Eu vejo sempre pessoas dizendo: “Graças a Deus, eu não preciso do SUS”. Gente, o SUS está assim porque não reafirmamos a sua importância ao longo dessas décadas, deputado Joseildo. O SUS é o maior patrimônio do Brasil, e não existe nenhum outro sistema de saúde que gaste o que o SUS gasta – que é muito pouco – e consiga dar conta de mais de 200 milhões de brasileiros.

Claro que há gargalos, claro que há deficiências, claro que é preciso investir. Mas em vez de dizermos que não presta, causando o que estamos vendo aí, o enfraquecimento do SUS, a limitação dos gastos com o SUS, o questionamento absurdo de que ele não funciona e que, portanto, temos que fazer uma privatização com planos que são semiplanos mistos privados-públicos, como diz a professora Lígia... que, aliás, tem um artigo recente muito interessante intitulado *Saúde Fon-fon*, no qual afirma que querem reduzir a saúde e o SUS a um calhambeque.

Mas nós, defensores do SUS, vocês, pacientes, nós, deputados, médicos, profissionais de saúde, temos que, defendendo o SUS, defendendo sua existência, seu fortalecimento, brigar para que não haja o seu desmantelamento, porque isso não vai ser interessante para ninguém da população dos inúmeros municípios que defendemos.

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, deputada.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Deputado Targino Machado com o aparte.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, quando for conveniente em seu discurso, se V.Ex^a me permitir voltar ao assunto anterior, a saúde mental, eu lhe agradeço.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Vou tentar fazer meu último pronunciamento para finalizar, porque tenho 3 minutos. Então, vou falar do nosso compromisso com o SUS e do seu fortalecimento.

Queria também parabenizar e saudar a minha querida Irecê. Ontem, foi inaugurado pelo governador Rui Costa o Centro Integrado de Comunicação e Monitoramento de Irecê, com a presença do prefeito Elmo e do presidente desta Casa, Angelo Coronel; da desembargadora Socorro; do secretário Maurício Barbosa. Infelizmente, não pude me fazer presente devido ao falecimento do meu tio.

Esse Centro vai funcionar no 7º Batalhão de Polícia Militar, na Rua Fundação Bradesco, e vai atender às chamadas de emergências de 24 municípios. Isso é extremamente importante.

O governador também vai abrir um processo licitatório para contratar uma empresa que processe as imagens das câmaras para que se identifique um meliante assim que ele entrar na cidade.

Essa é uma notícia alvissareira para coibir os boatos, infelizmente, da central de mentiras, que fica sempre a postos e confunde um decreto do prefeito Elmo, que apenas fala da regularidade dos empenhos e das questões fiscais, que têm, obviamente, que serem adequadas em função da diminuição nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, que esses boateiros, esses urubus de plantão chamam de falência. Ora, essa central de mentiras precisa ser desmontada. Falência foi o que deixou a última gestão, que aumentou o endividamento de R\$ 23 milhões para quase R\$ 59 milhões. Na verdade, esse ambiente típico, que tenta desqualificar, desmoralizar, confundir, não é bom para quem ama Irecê. Como amo Irecê, tenho confiança na gestão do prefeito Elmo, que precisa fazer os ajustes necessários.

Quero, aqui, saudar a querida Irecê, saudar a gestão do prefeito Elmo, e dizer que esses ajustes, esses considerandos, precisam ser melhor lidos pelos vereadores da Oposição. Temos certeza e confiamos. Nenhum contrato está cancelado e não é verdade que as pessoas não vão receber de acordo com a prestação dos seus serviços.

Para terminar, coloquei ontem uma Moção de Pesar pela morte de meu tio, coronel Mansur, que foi um exemplo para nossa família, um exemplo de homem de bem, um católico fervoroso, um grande professor de tantos comandantes da PM, a quem eu saúdo. Ele partiu para o segundo andar, e eu quero dizer que deixa aqui um exemplo para mim, para nossa família, para a PM, para a Bahia. Um cara do bem tem que ser enaltecido.

Então, quero agora, nestes 30 segundos, passar a palavra para que o colega deputado Targino Machado faça as suas considerações.

O Sr. Targino Machado:- Com a tolerância, Excelência, do nobre presidente, gostaria de dizer a V.Ex^a, agradecendo pelo aparte, que, como seu colega de profissão, médico, sou sempre a favor da tese de desospitalização. Para isso, é necessário o fortalecimento da atenção básica. No caso específico das doenças

mentais, necessário se faz o fortalecimento e universalização do Centro de Atenção Psicossocial. Inclusive, não sei ainda se existe o Caps III em Salvador.

Mas creio que não se pode perder de vista que o portador de doença mental faz parte dos doentes crônicos, com agudizações frequentes, as quais se transformam, muitas das vezes, em surtos que requerem internações para estabilização, as quais também, por vezes, são demoradas.

Além disso, Excelência, precisamos também considerar que as doenças mentais geram um problema social severo. E o que se vê nos dias modernos é pacientes que não têm procuradores, abandonados pelos seus próprios familiares, e, mais recentemente, abandonados pelos poderes públicos, que querem atirá-los a peregrinar pelas ruas como animais.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que não devemos economizar na saúde. Devemos investir mais na saúde, no geral, e, de forma específica, na saúde mental.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Obrigada, deputado.

Para concluir, quero saudar toda a comunidade surda pelo dia 26 de setembro, já amplamente comentado pelo nosso presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Deficientes Auditivos. Aprovamos hoje uma audiência pública para tratar do acesso à saúde do deficiente auditivo, os nossos desafios e a situação atual.

Obrigada pela tolerância.

Mais uma vez, saúdo as companheiras. Contem comigo sempre. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora nem pelos aparteantes.)

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, arguindo o art. 225 e seguintes do Regimento, peço essa questão de ordem. Mas, antes de proceder à questão de ordem, gostaria de fazer algumas considerações para dizer que o governo do Estado é falsário, embusteiro, que a todo momento utiliza a propaganda paga com o nosso dinheiro para nos enganar. Verdadeiro governo 171.

Senão, vejamos, o governador Rui Costa, durante sua campanha para governador em 2014, esteve em Feira de Santana e prometeu diversas vezes que a sua primeira obra seria a construção de um hospital regional na cidade.

Passados 3 anos, nada aconteceu. O povo de Feira de Santana e região está vendo encolher o seu sonho. Em vez de iniciar a obra ou fazer o projeto do hospital regional de Feira de Santana, o governador, inexplicavelmente, manda colocar na cidade *outdoors* divulgando a construção do Hospital Regional da Chapada Diamantina.

Fazendo propaganda da construção desse Hospital Regional da Chapada Diamantina o governador dá um verdadeiro tapa na cara de todos aqueles moradores de Feira de Santana e região, deixando claro que não tem nenhuma vergonha,

nenhum escrúpulo de fazer o discurso 171, de enganar, de praticar o estelionato político.

Agora, a propaganda do governo diz que Rui Costa construiu em Feira de Santana a Avenida Nóide Cerqueira. Mentira do Sr. Governador. Quando S.Ex^a assumiu o governo a Avenida Nóide Cerqueira já estava pronta. Vá trabalhar, construir as suas obras para depois divulgar.

O que o governador levou 3 anos para fazer foi o viaduto que liga a Avenida Nóide Cerqueira à BR-324. Assim mesmo, levou 3 anos para fazer um viaduto de uma perna só, um viaduto Saci Pererê. É o primeiro viaduto Saci Pererê que conhecemos na região.

Respeite, Sr. Governador, o povo de Feira de Santana e região, respeite o povo da Bahia. Respeite o dinheiro do povo e não o jogue fora em propaganda para querer enganar o dono do próprio dinheiro. O povo da Bahia quer segurança pública, governador, o povo da Bahia quer um governador que não seja Saci Pererê, que não saia por aí enganando, pulando de um lado para o outro numa perna só, governador Saci Pererê. Abandone as mentiras, Sr. Governador!

Sr. Presidente, quero requerer de V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de convidar os nossos colegas deputados, pois há um pedido de verificação de quórum. Gostaria de que V.Ex^a marcasse o tempo regulamentar de 15 minutos e fizesse a chamada nominal.

E dizer ao deputado Targino Machado que essa questão de política pública para a área psiquiátrica merece a atenção do Governo do Estado, e a nossa deputada Fabíola Mansur, com muita propriedade, colocou o problema, a reflexão da necessidade do diálogo, do debate e de uma solução que efetivamente contemple os diversos níveis da política de saúde para a área psiquiátrica.

E o deputado Targino Machado pergunta: Salvador já implantou os serviços Caps I, Caps II, Caps III? Os municípios da Bahia já implantaram?

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Raimundo:- Em Vitória da Conquista, nós fizemos um grande esforço e, no que diz respeito ao município, todas as suas estruturas foram montadas de forma desafiadora. Efetivamente, nós passamos por um debate no município sobre as outras instâncias.

Mas eu quero dizer que o mais preocupante é o quadro nacional, porque o governo Temer congelou por 20 anos o investimento para a saúde e para a educação e os desafios são extraordinários. Por isso que a nossa Bancada, a Bancada do Governo Rui, vai empenhar-se para que o governo do Estado cumpra a sua função, melhore os serviços, mas também que os municípios implantem suas estruturas, inclusive

Salvador, que é um dos municípios que menos tem atendido à atenção básica no Brasil, não chega a 30% e pouco da atenção básica.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de convocar os nossos deputados para que compareçam ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum, para discutirmos esse tema e outros da maior importância.

Quero dizer, tenho certeza absoluta, que haveremos de avançar no âmbito estadual com as políticas sociais, mas é preciso que o Brasil se transforme, porque do contrário a coisa vai se complicar, não vai ficar pedra sobre pedra com as políticas do governo Temer. Cortam-se os direitos trabalhistas, os direitos previdenciários, cortam-se as políticas sociais, como está acontecendo agora. O Orçamento deste ano é uma lástima!

Portanto, Sr. Presidente, a questão de ordem é essa: 15 minutos do tempo regulamentar para as presenças dos deputados, e a chamada nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu peço que zerem o painel e façam contar o tempo regimental. Aproveito para pedir que soem as campainhas para que as Sr^{as} e Srs. Deputados que estão presentes aqui, na Assembleia Legislativa, no cafezinho, na biblioteca, nos gabinetes, atendendo lideranças, venham ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente, aproveitando o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a pediu questão de ordem?

O Sr. Targino Machado:- Presidente, eu pedi... nesses 15 minutos, é a praxe, não é? Então, eu pedi a V.Ex^a, quando Zé Raimundo ainda estava fazendo a questão de ordem, que me inscrevesse para 5 minutos dentro dos 15 minutos de praxe.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Darei a palavra a V.Ex^a por 5 minutos, e depois, darei à deputada Fabíola.

O Sr. Targino Machado:- Eu falarei, mas se V.Ex^a quiser falar primeiro, não tem problema, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur:- É uma prerrogativa interessante, já que as mulheres muitas vezes têm pouca voz. Então, vou aceitar a sua oferta para que eu fale primeiro. E agradeço, nobre colega, pela gentileza.

Mas a minha questão de ordem, além de convidar todos os deputados da Base a se fazerem presentes aqui para dar quórum à sessão, é também para elogiar, efetivamente, a inauguração hoje do Centro de Bioimagem do HGE 2.

Nós falávamos de acidentes de trânsito, falávamos de emergências, de urgências, e, com os apartes que concedi, terminei deixando de fazer esse registro. É um registro pelo qual venho saudar o governo do Estado por seu investimento de R\$ 13 milhões na reforma hospitalar, pela aquisição de dois tomógrafos e um aparelho de ressonância magnética. Juntos, esses equipamentos têm a capacidade de realizar 650 exames por mês, e gerar 500 empregos.

Mas, sobretudo, saudamos a equipe do hospital, o seu diretor-geral, Dr. André Luciano, grande amigo, companheiro, e toda a equipe do HGE 2, porque há 27 anos não havia lá um aparelho de ressonância.

Em que pese a ressonância não ser o padrão para cirurgias, para os atendimentos de emergências e, sim, a tomografia, a presença dos dois tomógrafos e da ressonância vai dar resolutividade àquele complexo hospitalar e também desafogar os outros hospitais públicos, que muitas vezes têm pacientes internados há mais tempo à espera de tomografias, de ressonâncias. Com essa PPP, a Parceria Público-Privada, nós não só vamos ter uma oferta maior desses exames, como vamos ter essa oferta num complexo hospitalar como o HGE 2 1 ano depois de ter sido inaugurado. Nós vamos melhorar o atendimento em urgência e emergência do nosso hospital.

Não só isso, essa modelagem de PPP permitirá ao Estado uma maior efetividade, já que a empresa é responsável pela manutenção, pelo conserto desses aparelhos. Então, a empresa, que recebe por exames, será responsável, caso quebre um aparelho desses, cuja manutenção é caríssima, são aparelhos caríssimos, por dar maior resolutividade.

Então, aqui, propusemos uma Moção de Aplausos, na Comissão de Saúde, pela inauguração do Centro de Bioimagem do HGE 2. Essa Moção foi aprovada. O Centro está lindo. O governador Rui Costa recebeu lá uma homenagem dos servidores. E vimos que os equipamentos são de primeiro mundo, não deixam nada a desejar aos grandes centros de imagem do País e do mundo.

É importante porque isso tudo está na Bahia, isso é nosso, e todo militante do SUS, militante em defesa da saúde pública de qualidade, tem que saudar essas notícias alvissareiras que nós temos tido com a atuação do governador Rui Costa na área da saúde.

Então, eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente, mas, lembrando o convite a todos os deputados a se fazerem presentes ao Plenário com brevidade, porque há um pedido de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Sr^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Eu peço que V.Ex^{as} se dirijam ao Plenário desta Casa para a continuidade da sessão.

Passo a palavra, por 5 minutos, ao deputado Targino Machado.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, solicito ao deputado Targino Machado que confirme a presença dele, por gentileza.

O Sr. Targino Machado:- Obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Gentilezas de Feira de Santana, sem dúvida.

Tempo de 5 minutos para o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, fui verificar na internet e só localizei, na Bahia, Caps III em Feira de Santana. E tenho a impressão de que esse é um jogo de empurra já antigo, em que o Estado fica esperando pelo investimento do governo

federal, este fica esperando pelo investimento do Estado, os governos municipais ficam esperando pelas outras esferas de poder, e o paciente fica sem eira nem beira.

Quem tem um problema de doença mental na família, ou próximo dela, deputada Fabíola Mansur, sabe avaliar bem o tamanho desse problema, como os surtos ocorrem, para o que leva isso, o transtorno que causa no ambiente familiar, as dificuldades que existem. E eu fico absolutamente triste, e aqui não estou falando como político, não estou assumindo aqui um lado nem viés partidário, estou falando como cidadão e como médico.

Não sou a favor, como V.Ex^a muito bem colocou, dos antigos modelos de manicômios, aqueles asilos, depósitos de doentes mentais, transformando os doentes crônicos em verdadeiros animais em tempos medievais. Não se trata nem os animais daquela forma nos tempos modernos. Eu conheci, V.Ex^a deve ter conhecido, fiz estágio nesse tipo de manicômio e testemunhei cenas dantescas: pessoas sendo tratadas de forma sub-humana.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Mas nos tempos modernos, Excelência, não dá para se imaginar o Governo lavando as mãos, fugindo da responsabilidade, querendo, simplesmente, fechar os hospitais e atribuir, jogar a responsabilidade para os hospitais gerais, porque os hospitais gerais não têm qualificação, não têm equipes qualificadas e treinadas para assistir o doente mental. Essa é uma política de faz de conta.

Na verdade, o que vejo, Sr. Presidente, são os governos, não é só o Governo do Estado da Bahia, mas os governos de vários estados, querendo fugir da responsabilidade do investimento nesses pacientes, nessas vidas, causando esse problema, aumentando um problema social terrível.

Quero deixar a minha preocupação, a minha insatisfação, reiterando que sou a favor da tese da desospitalização, entendendo que o investimento que se deve fazer é para se alcançar o paciente antes que ele precise ser hospitalizado. Mas a tese da desospitalização é com investimento na rede toda. A saúde pública precisa chegar ao paciente antes que a doença o agonize. Essa é a minha tese.

Agora, não fazer investimentos na rede de assistência e querer fechar os hospitais psiquiátricos é, no mínimo, irresponsabilidade do Governo, e sou peremptoriamente contra isso. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria usar esses 5 minutos, primeiro, para convocar os deputados presentes na Casa para que compareçam ao Plenário. Nós estamos em regime de aferição do quórum para a permanência da presente sessão e precisamos que V.Ex^{as} compareçam ao Plenário.

Quero dizer aos deputados da Oposição – não foi somente um – que vêm falando sobre a saúde em Feira de Santana, que recebemos agora, em Feira de Santana, um importante investimento por parte do Governo do Estado. Nós estamos

tirando a Obstetrícia do Hospital Clériston Andrade, que funcionava com 26 leitos, 28 leitos quando se colocava o total da utilização, e passando para o Hospital da Criança, com 106 leitos.

Essa ampliação da ordem de 82 leitos está acontecendo neste momento em Feira de Santana, sendo que desses 82 leitos novos – de 106 no total –, teremos 32 novos leitos de UTI no Hospital da Criança. Trinta e dois novos leitos de UTI. Na verdade, serão 10 leitos destinados para a Neonatal, 10 para a infantil e 12 para adultos, para que as mães tenham atendimento em partos de alta complexidade, os chamados partos de risco.

Com a retirada, com o remanejamento desse serviço do Hospital Clériston Andrade para o Hospital da Criança, deputado Arimateia, vamos abrir espaço no Clériston e construir ali mais 20 leitos novos de UTI, 26 para Ortopedia, seis para Neurocirurgia, e mais 22 de Clínica Médica. E, aí, são 74 novos leitos em Feira de Santana só no Hospital Clériston Andrade. Com mais 82 leitos novos no Hospital da Criança... setenta e quatro com 82, a conta é muito simples.

Na verdade, é, praticamente, um novo hospital. São 156 novos leitos em Feira. Desses, 52 leitos são para UTI, com 20 leitos de UTI no Hospital Clériston Andrade e 32 no Hospital da Criança.

Esse é o investimento do Governo do Estado em Feira e região, que, cumulado com a inauguração da UPA para 400 atendimentos por dia – com 37 leitos de urgência –, damos um salto qualitativo e já vamos para, exatamente, 193 leitos.

Feira de Santana recebe, praticamente, um novo hospital. E esse é o caminho do governo Rui Costa no atendimento à saúde em Feira e região.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, convocar os Srs. Deputados que se encontram na Casa para que se façam presentes no Plenário. A sessão está calçada, mas está caindo. Temos mais 15 minutos. Por isso, peço aos Srs. Deputados e Sras Deputadas que se encontram na Casa que compareçam ao Plenário para dar frequência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Não havendo quórum, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.